

PODER LOCAL: A CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

Maria Julieta Costa Calazans

Pesquisadora do CNPq, Professora Aposentada na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RESUMO

Discute novas concepções e estratégias na organização, destacando a *cidade* como o pólo mais representativo do poder local - representativo da vida política, econômica e sócio-cultural. Ao mesmo tempo que o Estado define novos espaços democráticos, acirra a usurpação dos direitos dos cidadãos em âmbito local, regional, nacional e mundial. Por outro lado identifica ser necessário que a produção de *novos* espaços locais ofereçam resultados tais como trabalhos e organizações que venham romper com os vínculos do assistencialismo - típicos de programas que reforçam a exclusão. Aponta que a construção de parcerias, ao mesmo tempo que se constitui um desafio na Gestão Local, é capaz de gestionar práticas inovadoras, podendo desenvolver uma ação pedagógica. Situa a *parceria* como uma prática cunhada em princípios fundados na vontade, no conhecimento, na adesão ao ato de bem gerir, de sedimentar, de estimular e conduzir políticas que resultem em atendimentos às demandas concretas das populações e dos **governos locais**.

ABSTRACT

This essay discusses new conceptions and strategies on local organizations, pointing out the **city** as the most representative landmark in political, economical and sociocultural life power. At the same time State fixes new democratic spaces it also instigates the denial of citizens' rights at local, regional, national and world level. On the other hand identifies as a need the production of **new** local spaces coming out to results such as workings and organizations able to break out with the assistentialism - typical programs that reinforce the social exclusion. The paper also points out the partnership as a challenge talented to produce innovative practices and to develop a pedagogical action. Besides perceives the partnership as a practice based on skill and knowledge and committed to a political action able to fulfill the real demands of people and local government.

A) NOVAS CONCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS NA ORGANIZAÇÃO LOCAL

Vivemos espaço e tempo de um mundo globalizado, de uma sociedade informatizada, de desigualdades produzidas para viabilizar o progresso.

O espaço e, especialmente, o espaço local, pelo fato de constituir-se num pólo fundamental para a vida humana, é necessariamente dinâmico, pleno de singularidades e particularidades.

A cidade, como núcleo do poder local (municipal) é destacada como referência desse espaço que o tempo vem distinguindo como o pólo

mais representativo da vida política, econômica, social, cultural, digamos mesmo, da história e do cotidiano dos homens.

Para melhor entender o local nesta relação entre espaço e tempo - as mudanças sócio-culturais que nele vêm ocorrendo, as reestruturações das articulações entre o público e o privado, o reordenamento da vida urbana e a reorganização das funções dos atores políticos - é mister uma melhor compreensão das funções dos atores políticos, para o que buscamos respaldo em Canclini, ao tratar desse novo cenário sociocultural. A definição, ou mesmo a redefinição de local no âmbito da relação Estado e Sociedade não pode ser processada sem se levar em conta o cenário sócio-cultural, que Canclini sintetiza em cinco pontos:

a) um redimensionamento das instituições e dos circuitos de exercício do público: perda de peso dos órgãos locais e nacionais em benefício dos conglomerados empresariais de alcance transnacional;

b) a reformulação dos padrões de assentamento e convivência urbanos: do bairro aos condomínios /.../ onde as atividades básicas (trabalhar, estudar, consumir) se realizam freqüentemente longe do lugar de residência /.../ onde o tempo empregado para locomover-se através de lugares desconhecidos da cidade reduz o tempo disponível para habitar a própria;

c) a reelaboração do "próprio", devido ao predomínio dos bens e mensagens provenientes de uma economia e uma cultura globalizadas sobre aqueles gerados na cidade e na nação a que se pertence;

d) a conseqüente redefinição do senso de pertencimento e identidade, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores /.../;

e) a passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida /.../ CANCLINI, 1995:27 e 28).

No momento deste limiar de novo século, em que se vivencia a decadência e a opulência, a resistência e o conformismo, a autonomia e a exclusão, a passividade e a denúncia - uma crise frente, sobretudo, ao sistema político cada vez menos capaz de responder às demandas da Sociedade, torna-se oportuno no início dessa discussão os pontos indicados por Canclini.

A conjuntura é de impasse, de tensão e, também, de transição, à medida em que alguns grupos representantes das classes dominadas aliados a segmentos de populações aspiram por um Estado democrático; enquanto outros de diferentes facções entram em cena com suas propostas inovadoras, sobretudo criando espaços, tornando-se atores da própria emancipação. São muitos os que aspiram participar; que lutam por desfrutar melhor qualidade de vida: emancipar-se.

Urge uma emancipação em novos moldes, pois, como aponta Oliveira (1996, p. 10-15), "já é tempo de caminharmos para a autonomia dos sujeitos sociais" /.../ mesmo sabendo que se trata de um "caminho" que vem contra a maré neoliberal".

Canclini, nas indicações acima, sintetiza as mudanças que afetam de forma generalizada o cenário sócio-cultural do mundo, podendo-se aplicar à nossa realidade nos diferentes ambientes.

Dentro desse quadro, a transformação local, estudada como um dos fenômenos da globalização em curso, prenuncia-se neste final de século como um foco de tensões e contradições muito bem anunciados por Ianni (1995):

O local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e conseqüente, outras de modo desigual e desencontrado. Mesclam-se e tensionam-se singularidades, particularidades e universalidades /.../ O local e o global estão distantes e próximos, diversos e iguais. As identidades embaralham-se e multiplicam-se. As articulações e as velocidades desterritorializam-se e reterritorializam-se em outros espaços com outros significados. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático. (p. 195 e 201).

Nas últimas décadas, as Organizações Internacionais encarregaram-se de traduzir, divulgar para os diferentes povos, através de grandes Conferências e Congressos os problemas das cidades e, em especial, o dramático viver do homem em espaços locais: urbanos e rurais. Tais eventos e sua eficácia não têm sido suficientemente avaliados, mesmo tendo a presença maciça de habitantes de todos os pontos do planeta. A Conferência sobre população da ONU, realizada no Cairo, em 1994, colocou em foco os problemas produzidos pelo crescimento da população urbana. Na Reunião da Cúpula Social (Copenhague, 1995), também organizada pela ONU, ficou evidenciada a necessidade de serem tratados, a nível local, problemas sociais como emprego, pobreza e integração sócio-cultural, entre outros. A última, dessa década, que tratou desse tema foi a "Conferência sobre o Habitat II", igualmente patrocinada pela ONU e realizada em Istambul em 1996.

Castell e Borja, tratando desse tema definem as particularidades das cidades, situando-as em relação ao governo local e sua instância de poder:

As cidades como atores sociais não se confundem com o governo local, obviamente incluem-no. A cidade se expressa como ator social na medida em que realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas,

setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Ou seja, entre instituições políticas e sociedade civil. (Castell e Borja, 1966, p. 152 e 153).

Nesta discussão importa-nos desenvolver concepções, conhecer dimensões e novas estratégias que perpassam pelo estudo do Poder Local, tomando como pontos centrais:

- a) diversidade e especificidade do poder local;
- b) poder local e complexidade de gestão local - novos sujeitos sociais, novas tecnologias e diversificadas demandas da população.

No espaço local - urbano ou rural - habitam homens e mulheres enraizando valores e cultura; demarcando limites de viver e de situar-se no mundo; desenvolvendo multiplicidade de práticas sociais; definindo formas de convivência (entre os próprios homens, outros animais e a natureza); apropriando-se, (extraíndo ou multiplicando) bens e valores culturais, sociais e políticos; estabelecendo relações, alianças e confrontos no presente com vistas ao futuro.

No tempo não estamos tão distantes da divisão radical entre o urbano e o rural. O urbano, concentrando as indústrias, os "serviços" de diversificados gêneros, especialmente os mais "modernos" em termos de transporte, comunicação, atividades culturais, educacionais, além do financeiro, administrativo representado pelo centro onde se localiza o Poder do Estado; e o rural definido como o espaço destinado a produzir alimentos e, sobretudo, caracterizado por seu peculiar "atraso", ou de outro modo, destinado a ser identificado com a natureza - beleza, aridez ou, mesmo, agressividade e opulência.

Esta dicotomia, neste final de século, em países como o Brasil, é bem localizada e, até mesmo podem ser demarcadas regiões onde os modelos de cidade globalizada ainda não foram lançados integralmente, sobre o espaço rural, em consequência de pobreza e dominação, características das alianças do capital.

Trabalhando o "local globalizado" Canclini (1995) aponta que:

"os estudos urbanos agora reconhecem como agentes econômicos mais dinâmicos não a industrialização, mas os processos informacionais e financeiros. Esta mudança está provocando uma reconceitualização das funções das grandes cidades. À medida que o que é característico da economia atual não é tanto a passagem da agricultura à indústria e desta aos serviços, mas sim a interação constante entre agricultura, indústria e serviços - com base nos processos de informação (tanto na tecnologia quanto na administração e comercialização) - as grandes cidades se tornam o nó em que se realizam estes movimentos. Numa economia intensamente transnacionalizada, as principais áreas metropolitanas são cenários que conectam entre si as economias de diversas sociedades." (p. 86).

Tratando desse tema Leon e Caruso (1995) lembram-nos que:

Em, um sentido meramente descritivo, o espaço local aparece como uma intersecção complexa de instituições públicas: municípios, órgãos de poder local, instituições regionais, demarcações jurídicas ou fronteiras simbólicas, políticas públicas, mercado, sociedade civil, mundo privado e doméstico, âmbito de produção-consumo-sobrevivência, construção de identidades sócio-culturais, partidos, atores sociais e, desde logo, as próprias configurações que assume o território. (p. 7).

A análise do poder local, do espaço local é, nos dias atuais, uma prática que supõe uma sólida base de conhecimentos científico, tecnológico e forte presença de sujeitos comprometidos com essa prática na sociedade.

Na complexidade do âmbito local, multiplicidades de relações estão presentes: atores sociais com diversificados graus de responsabilidades; governantes e governados; dominantes e dominados.

Os processos em escala micro e macro são âmbitos de disputa. Assim, no mesmo ritmo, em que são estabelecidas articulações, entre os poderes em nível local, nacional e global, podem emergir conflitos desarticulando suas bases, pois, segundo Fischer (1996):

Há o reconhecimento de que o universo local é multifacetado, caleidoscópico, transpassado por diversas instâncias de poder, que geram atores e organizações com competências estratégicas. (p. 20).

Neste cenário, organizações, com novas identidades, interagem buscando: a) fortalecer os espaços, e as relações capazes de reverter quadros de conflitos, de degradação; b) construir uma nova esfera pública; c) descobrir novas estratégias de "virtualidade organizacional" para reorientar o poder e a convivência no universo local.

B) INOVANDO ESPAÇO PÚBLICO E PRODUZINDO LIMITES DEMOCRÁTICOS

○ não cumprimento do dever de construir novos espaços democráticos - a negação mais presente às políticas de Estado, no momento, é uma usurpação de direitos dos cidadãos. Vivemos, nestas últimas décadas do século XX, com a maior parcela da população do mundo excluída por negação de direitos, dessa natureza.

Pessoas constringidas, estigmatizadas pela vulnerabilidade social estão nos espaços próximos e distantes - homens, mulheres, velhos e crianças (não importa a idade) - no campo, nas metrópoles, nos lugarejos de pouca densidade populacional - em âmbito local, regional, nacional e mundial aspirando o cumprimento de direitos - o grande déficit social do Estado.

As conseqüências das revoluções tecnológicas, que reforçam a concentração de riqueza ampliam o *mercado*, produzem contradições sem limites, mantendo em ritmo de guerra a intensidade de carências, reforçando as formas de extermínio de contingentes humanos, elevando os índices de vulnerabilidade social, sobretudo nos países do terceiro mundo.

Há uma década, Schaff (1985), discutindo a sua "triade revolucionária - micro eletrônica, microbiologia e energia nuclear" - e igualmente analisando as sociedades tecnológicas e industrialmente avançadas e portanto, ricas, advertia:

Como sabemos, estas deverão suportar o pesado ônus econômico derivado do desemprego estrutural, mas estarão em condições de resolver esta tarefa de modo relativamente fácil, se bem que não sem um certo conflito social /.../ Também terão que resolver um problema bem mais difícil: salvar os países do terceiro mundo da catástrofe que os ameaça. Mas este empenho - devemos precisá-lo para não sermos acusados de cinismo - não constituirá de fato um obstáculo ao seu desenvolvimento porque, a julgar pela experiência até hoje realizada, dificilmente podemos esperar que as sociedades avançadas venham a assumir grandes obrigações a este respeito..(p. 131).

São pessimistas as perspectivas para os trabalhadores no século XXI. Este tema constante nas notícias da mídia nacional e internacional - é centro de discussão no relatório do Banco Mundial de 1995, ao apontar que o progresso pode deixar muitos à margem do direito de trabalhar, mesmo nos países industrializados e, certamente, não serão reduzidas as desigualdades na América Latina, especialmente, aquelas produzidas pelo desemprego.

Os principais problemas a serem atacados na América Latina segundo o documento citado acima são "a fraqueza da preparação de pessoal especializado e o viés desfavorável à mão-de-obra, que ainda restam em países

onde a distribuição da terra é desigual como na Colômbia e no Brasil". (Banco Mundial, 1995, p. 134).

A questão acima preocupa também as regiões desenvolvidas, onde a elevação do desempenho nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é também assustadora, elevando-se de 8 milhões de desempregados em 1970 para 35 milhões (8% da mão de obra) em 1995.

Importa-nos aqui destacar este problema suscitando a discussão sobre o desemprego e os baixos salários e enfatizando a responsabilidade dos Poderes Locais e da Sociedade Civil organizada no que se refere a esta grave questão, sobretudo a busca de alternativas para a população desempregada.

Analisando a atual crise da sociedade, Frigotto (1996) afirma que:

Para entender a natureza orgânica da crise atual do capitalismo, o primeiro aspecto a demarcar é que capitalista é aquela sociedade cujo objetivo fundamental é produzir para acumular, concentrar e centralizar capital. Não são, portanto, as necessidades humanas individuais ou coletivas a prioridade e nem as pessoas. Tanto as primeiras quanto as segundas vêm subordinadas às leis inerentes da produção capitalista, cujo fim é o lucro. Este ideário não é uma escolha, mas a própria forma de ser das relações capitalistas. (p. 143).

Essas indicações sinalizam que as políticas públicas dos governos moldados no neoliberalismo conflitam com as demandas das populações, dentro do quadro de opressão que a realidade nos demonstra, caracterizada por uma crise do Estado com sintomas graves na sociedade.

Por outro lado, as organizações da esfera pública estatal estão desaparelhadas para mediar junto ao Estado a carga de reivindicações dos oprimidos e carentes de direitos, nos diferentes âmbitos da sociedade.⁴

Discutindo “A questão do Estado-Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos”, Oliveira 1995 mostra que,

A vulnerabilidade dos grupos sociais /.../ somente poderá ser eliminada na medida em que se transite de uma noção de carências sociais para o terreno dos direitos sociais /.../ adverte ainda que, /.../ Há mil formas de novas parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil que podem ajudar na reforma do Estado /.../, portanto na conquista desse terreno de direitos.” (p. 18).

Esta parceria é o novo espaço público do qual estamos tratando. Resulta portanto, de um esforço democrático de Estado (esfera local) e Sociedade Civil organizada. Supõe a ação conjunta na definição de propostas bem sedimentadas; e, sobretudo, vontade política na execução do projeto coletivo assegurado pela direção participada. É fruto, portanto, de um Poder Local que, por opção, exercita pedagogicamente com a sociedade civil o direito - dever de cidadania.

Destacamos nesta oportunidade um aspecto particular a este tema, ou seja algumas indicações sobre “Projetos Inovadores”, “Planos Estratégicos Locais”, “Estilos de gestão municipais”, entre outras designações que têm sido dadas do novo estilo de propostas adotadas em cidades do mundo, procurando indicar como no Brasil vêm sendo assumidas novas formas de governar as cidades, face à emergência das crises nos planos: econômico-social, político-institucional e político-cultural.

São conhecidos, os exemplos de transformações urbanas ocorridas na Europa, principalmente, onde a base foi, entre outros aspectos, a tomada de consciência da globalização da economia associada à vontade de atores do Estado e da Sociedade Civil de (re)vitalizar os diferentes setores da vida urbana. As respostas bastante positivas em setores como moradia, transporte, educação, saúde e cultura, porém não se adequam à realidade brasileira.

Sem qualquer pretensão de rotular a (aproximadamente) centena de "Projetos de Gestões Locais" implantados no Brasil, a partir da Constituição de 1988, pode-se indicar que, em boa parte, essas experiências têm diretrizes que apontam para o enfrentamento da crise de democracia do Estado Brasileiro. Duas dessas "propostas" estão bem em evidência; como nos esclarece Frey (1996, p. 109): a) o **Projeto Social-Democrata** que tem como maior preocupação, e que adotou na prática brasileira fortes traços do neoliberalismo, pelo menos no referente à política econômico - financeira.; e b) /.../ o denominado "**Democrático-Popular**", que visa sobretudo a estimular a organização da sociedade civil e promover uma reestruturação dos mecanismos de decisão, em favor de um maior envolvimento da população. Ambos os projetos concordam com a necessidade da superação do centralismo tradicional do Estado Brasileiro e defendem a delegação de maiores competências administrativas e políticas aos níveis local e regional. /.../ **As experiências municipais de Curitiba e de Santos parecem representativas dessas duas propostas** (grifo meu).

É necessário registrar que a Constituição de 1988 confere ao Município o estatuto de sujeito político, considerando-o uma entidade federativa autônoma e não apenas um local físico neutro.

Essa transformação constitucional do âmbito do poder local aporta mudanças radicais, pois o Município passou a ser um sujeito de processos históricos, sociais e políticos; capaz de exercitar autônoma e democraticamente as relações entre Estado-Sociedade.

Com a determinação constitucional da Lei Orgânica do Município (LOM) este ganha o que pode ser denominado de "Constituição Municipal", uma vez que essa lei deve estar a cargo do poder local, na sua elaboração e em todos os seus desdobramentos.

Esta referência às modificações relativas ao Poder Local, na atual Constituição, torna-se necessária nesse estudo para que se tenha claro o ponto de partida da perspectiva de gestão no plano municipal, de que estamos tratando.⁵

Portanto, autonomia e democratização são sinalizadores dos programas estabelecidos entre o poder local e a sociedade, dentre os quais destacamos:

1. planejamento municipal partilhado com as associações representativas da sociedade civil;
2. gestão democrática do ensino público;
3. municipalização do sistema de saúde, com a participação da sociedade no processo gestor;
4. política relativa às crianças e aos adolescentes em sistema de participação com organizações representativas da sociedade.

Trabalhando vinte e uma teses para a criação de um novo espaço público, Genro (1996) pontua uma lição para uma nova cultura: (p. 5-).

/.../ Os governos locais em cidades estratégicas podem e devem ser palco de experimentação política de alcance universal, à medida que instituem um processo combinado de democracia representativa com formas democráticas diretas de caráter voluntário, gerando normativas de uma nova relação Estado-sociedade, articulando a representação política com a mobilização desta nova e vigorosa esfera pública, que já existe independentemente da decisão estatal.

Trata-se de compartilhar uma nova concepção de reforma do Estado, a partir de uma nova relação Estado-sociedade, que abra o Estado a estas organizações sociais./.../

/.../ Tal processo deve romper as fronteiras burocráticas que separam o Estado do cidadão comum, produzindo resultados concretos na qualidade de vida dos segregados, explorados./.../

*/.../ Este movimento conscientemente orientado por decisão política transformadora indica, assim, uma co-gestão pública, estatal e não-estatal, por meio da qual a legitimidade da representação é permanentemente regenerada pela democratização radical das decisões, que são "devolvidas" à comunidade em forma de **políticas e ações governamentais**, que conferem identidade aos participantes do processo e se ampliam na sociedade, alterando o cotidiano da cidade e interferindo na compreensão política da sua cidadania/.../ (p. 5).*

As advertências de Castell e Borja (1996) são igualmente lições para os que se propõem a assumir posição nesses planos ou projetos. Esses autores, assinalam, entre outras advertências:

*- A definição de um **Projeto de Futuro** só será eficaz se **mobilizar, desde o momento inicial, os atores urbanos públicos e privados** e concretizar-se em **ações e medidas** que possam começar e implementar-se de imediato/.../*

- /.../ Em segundo lugar, um plano estratégico deve construir e/ou modificar a imagem que a cidade tem de si mesma e projeta no exterior /.../

- /.../ o plano estratégico questiona o governo local, suas competências e sua organização, seus mecanismos de relacionamento com outras administrações e com os cidadãos, sua imagem e sua presença local nacional e internacional/.../ (p. 158).

Esse projeto desejado pressupõe, portanto, uma reforma radical, tanto na forma de atuação como nas bases legais. Devem ser levadas em conta,

no estudo deste tema, as especificidades locais - valores e tradições, experiências anteriores instituídas ou idealizadas e não concretizadas, problemas locais específicos (ambientais, políticos, religiosos e outros), que poderão exercer influências diferenciadas de um a outro ponto onde o trabalho seja instaurado.

No momento atual, no Brasil, os governos locais em Porto Alegre, Campinas, Curitiba, Ribeirão Preto, Piracicaba, Angra dos Reis, Belo Horizonte, Brasília, João Pessoa e tantos outros municípios exercitam tipos de gestão, encarando suas diversidades e potencialidades em âmbitos os mais específicos: educação, sócio-cultural, urbanismo, moradia e meio ambiente, comunicação, transporte, infra-estrutura e serviços urbanos, segurança do cidadão e função complementar à justiça entre outras ações.

Unificando diagnósticos, esses governos "concretizam atuações públicas e privadas", seus Planos Estratégicos imprimem novos ritmos aos diferentes setores e, sobretudo, exercitam formas de cooperação entre os sujeitos, definindo para o futuro os caminhos desses Projetos Inovadores - Escolas de Cidadãos.

C) CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS: UM DESAFIO NA GESTÃO LOCAL

As práticas, as experiências, as novas relações Estado / Sociedade com as quais convivemos nos dias atuais, sempre movidos pela vontade política, nos apontam encaminhamentos de "novas" formas de construção democrática.

Para compreender estas relações - científicas, políticas, filosóficas - profissionais de diferentes áreas do conhecimento, em diversificadas formas de gestão têm ousado tratá-las ou adotá-las como práticas sociais. Práticas, que experimentam encruzilhadas nunca visitadas para conquistar e forjar idéias e/ou modelos de autonomia e de auto-organização. Buscam inovar na construção de convivências de comunicação e de descobertas de novas identidades.

No dia a dia constatamos a emergência dessas novas práticas construídas no cotidiano, sugerindo que, para a sua explicitação, faz-se necessário estabelecer rigoroso debate sobre o tema.

Ao trabalhar a experiência do Mova-São Paulo, Pontual, em "Desafios Pedagógicos na construção de uma parceria" (1996) põe às claras a luta por serviços educacionais das populações excluídas ao longo da história, apontando que o Estado de Bem Estar Social não se instaurou no Brasil. Fica presente nesse trabalho que a *'Barbárie se manteve em alta na maior parte do Século XX, e não há sinal de que esteja no fim'* (Hobsbawn, 1995, p. 16)

Este e outros trabalhos demonstram a urgência de efetividade do quadro educacional e cultural da Parceria, para que sejam forjados, nas tensões permanentes que permeiam esses processos, novos e diferentes quadros ou parceiros, como se indica a seguir:

* Da parte do Poder local, é essencial criar instrumentos de apoio na opinião pública, para que o projeto venha a transformar-se numa iniciativa de política pública;

* Do lado da sociedade civil é essencial que as ações ultrapassem as transferências de recursos; enfim, que se exerçam práticas consistentes, com dimensões políticas.

Enfim, este é um trabalho com exigências de que:

- o Estado mantenha sua função reguladora, assumida conjuntamente;
- e a sociedade execute ações de sua própria responsabilidade, através de atores integrados em organizações e movimentos, ou que estejam capacitados para "entrar" para a cena pública propondo alternativas de ação essencialmente cooperativa.

O exercício da função pedagógica deve ser pautado em critérios objetivos, seja para os que dela venham a participar como representantes dos movimentos, seja para os que trabalham em nome do Estado.

Discutindo desdobramentos dessa prática radical de Parcerias entre Estado e Sociedade Civil, Pontual (15 p.) sugere a construção de parâmetros e conteúdos para uma pedagogia democrática, alguns dos quais incluímos, a seguir:

** "Uma pedagogia voltada para a construção de novos significados e práticas do exercício do poder apontadas para*

uma radical democratização do conjunto das relações entre Estado e Sociedade.

** Uma pedagogia voltada para a construção de uma cidadania ativa onde os atores envolvidos assumem a luta por direitos como um processo permanente de criação e recriação.*

** Uma pedagogia voltada para a consolidação da autonomia dos atores envolvidos no processo.*

** Uma pedagogia capaz de contribuir na construção de valores ancorados na ética do bem público e nas práticas substantivamente democráticas.*

** Uma pedagogia capaz de possibilitar a interlocução entre o Estado e distintos atores da sociedade civil na direção da construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente igualitária, politicamente democrática e culturalmente plural" (Pontual, 1996, p. 9 e 10).*

Portanto: autonomia, democratização e cidadania são valores conquistados; ganhos efetivos na esfera do Estado, mais especificamente, no âmbito do Poder Local. Ganhos que se fundam na capacidade de fortalecer atores sociais (coletivos) no efetivo compromisso de produzir na e com a sociedade ações no âmbito científico, econômico, cultural, político e social - ações gestadas de forma compartilhada e vinculadas a ações concretas.

Desenvolvimento de lutas pela conquista de espaços políticos confirmando esses novos atores, apoiando as suas práticas associadas ao fortalecimento e à valorização de ações compartilhadas e efetivamente exercidas com igualdade nos ganhos em termos do público e do popular. Ganhos para

os que disputam no espaço e no tempo meios para exterminar o "jugo" e conquistar direitos para a maioria excluída; ganhos pela libertação e superação da exclusão pelas vias asseguradas aos que investem na construção de espaços pedagógicos e reordenamento das ações coletivas.

A grande questão está na explicitação de parâmetros para uma pedagogia democrática nesta construção de parcerias.

Trabalhar sobre a formulação de indicadores de paradigmas éticos para definir a orquestração dessas ações, parece um ponto central na discussão deste tema, desta prática social.

A luta será intelectual, na reconceituação de novos paradigmas /.../ "na busca de "metodologias mais sofisticadas e holísticas, na tentativa de livrarmo-nos do canto frio e enganoso do valor da neutralidade no pensamento científico. A racionalidade em si é um julgamento de valor, se é alguma coisa; e nada é (nem pode ser) racional a não ser no contexto da mais ampla e incluyente organização social humana" (Wallerstein, 1, 1995: 49).

As indicações pedagógicas enunciadas sugerem a construção de uma cidadania ativa - batalhas complexas a serem travadas a nível local no concreto da vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995 - O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial*. Washington: Banco Mundial, 1995. 273 p.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa et alli. *Produção de educação e cultura popular - a experiência de Lages (1977-82)* FORUM EDUCACIONAL: 12(2) Rio de Janeiro: IESAE / Fundação Getúlio Vargas. 1988. p. 3 - 30.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1995, 268 p.

- CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos** - Novos Estudos: 45 São Paulo: CEBRAP, 1996. p. 152 - 166.
- FISCHER, Tânia. Gestão Contemporânea, cidades estratégicas: Aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: Fischer, Tânia et alii. **Gestão contemporânea** - Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996. p. 20.
- FREY, Klaus. Crise do Estado e Estilos de Gestão Municipal. **Lua Nova: 37 Revista de Cultura Política**. São Paulo: CEDEC, 1996. p. 107 - 138.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Cidadania e formação técnico-profissional: Desafios neste fim de século. In: Silva, Luiz Heron da et alii (organizadores). **Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais**. Porto Alegre: Editora Sulina e Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura de Porto Alegre. 1996. p. 137 - 164.
- GENRO, Tarso. O novo espaço público - 21 teses para a criação de uma política democrática e socialista. **Folha de São Paulo**, 09/06/1996. (Caderno Mais, p. 5).
- HOLSBAWN, Eric. Barbárie: o guia do usuário. In Sader, E. et alii. **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1995, p. 15-30.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 225 p.
- LEÓN, Eduardo de. CARUSO, Arlés. **Educacion popular, espacio local y construccion del poder local**. Consejo de Educacion de Adultos de América Latina (micro) s/d 43 p.
- LESSA, Renato (entrevista). Distribuição, Integralização, Participação: as três crises brasileiras mal resolvidas. **Proposta** - Cenários do Século XXI. Rio de Janeiro: FASE, 1996. p.15 -22.

- LOM - Lei Orgânica dos Municípios. Resolução 10 (Senado Federal) Lei Complementar nº 1 de 17/12/1975 D.O. SI, 03/03/1995, p. 4510.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Questão do Estado. Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos. **Cadernos ABONG**. São Paulo: DEMO - ABONG. 1995. 19 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. A prova dos nove, conflito de classe, publicização e nova contratualidade. In Diniz Eli et alli. **O Brasil no rastro da crise: Partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: ANPOCS, Editora HUCITEC, IPEA, 1994. p. 9 - 15.
- OLIVEIRA, Francisco de. Reforma e contra-reforma do Estado no Brasil. **Proposta**: 34(68) . Rio de Janeiro: FASE, 1996, p. 10 - 14.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. **Desafios pedagógicos na construção de uma parceria**: a experiência do "Nova São Paulo - 1989-1992". 1996, 15 p. (mimeo).
- SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. As conseqüências sociais da segunda Revolução Industrial. São Paulo: UNESP; Editora Brasileira, 1990. Copyright by Clul of Ronei, 1985.
- URANI, André. Para onde vai o Mercado de Trabalho Brasileiro. **Proposta** - Cenários do Século XXI: 24 (68) Rio de Janeiro: FASE, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **As agonias do Liberalismo**: as esperanças para o processo. In Sader E. et alii. **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995, p. 31-50.

NOTAS

- ¹ Estas conferências internacionais foram antecedidas por reuniões em países onde os governos locais começaram mais cedo a assumir definições e compromissos com os problemas urbanos. Veja-se, por exemplo, a “Conferência de Cidades Européias” (1986), em Roterdã; e, na seqüência, o movimento das Eurocidades constituídas em Barcelona, em 1989. Ainda a criação do Comitê de regiões, em Maastrich (1993) - que integra os representantes dos governos regionais e das cidades, reconhecendo, ademais, as “estruturais institucionais dos governos locais”. Ver Castell e Borja (1996).
- ² Quanto ao desemprego no Brasil é oportuno informar: “com esta mudança de rumos, o ritmo de crescimento da economia brasileira se reduziu bruscamente e com ele a demanda de trabalho. Entre junho e dezembro de 1995, o número de admitidos segundo a CAGED (Cadastro Geral de Desempregados) do Ministério do Trabalho, caiu mais de 40%. Em pouco mais de seis meses, o número de empregos com carteira assinada - “destruídos” foi maior que o de “criados” (ou “ressuscitados”) desde o início da recuperação. Ou seja, voltamos para trás, aos níveis de 1993 (em termos de número, de pessoas que detinham um vínculo empregatício formal), os quais eram bastante inferiores aos do final da década passada e início desta” (Urani, 1996, p. 32 e 33).
- ³ “Nunca se falou tanto em crise do Estado no Brasil./.../ A crise não é reconhecida em duas de suas dimensões que são, talvez as mais cruciais, decisivas e portadoras de novas virtualidades. Em primeiro lugar, a crise do Estado não é reconhecida como a expressão de uma dominação social

obsoleta. Em segundo lugar, como decorrência do anterior, a crise tampouco é identificada como o sintoma da necessidade de uma redefinição das relações Estado-sociedade, salvo naquilo que a ideologia neoliberal chama de gigantismo estatal e seu corolário, isto é, a proposta de redução do Estado, de seu lugar na economia etc.” (Oliveira, Francisco de. A prova dos nove: Conflitos de Classe, Publicização e nova contratualidade. In: Diniz, Eli et alli (organizadores). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS; HUCITEC; IPEA, 1994. p. 9-10.

⁴ “A legislação brasileira, sob quase todos os aspectos, protege a maior parte daqueles que podem ser enquadrados nessa quase categoria de “vulneráveis”. Particularmente, no que diz respeito ao mercado de trabalho, fonte primordial de todas as discriminações, a legislação é extremamente moderna e atualizada - isto é, antes que o neoliberalismo se alçasse à hegemonia. Salários iguais para funções iguais, buscando evitar toda a discriminação sexual, etária, étnica e racial, religiosa, política, de estado sanitário ou de qualquer outra natureza. Muito progresso se fez nesse sentido, mas as fortes discriminações ainda permanecem. (Oliveira, F. 1995, p. 16).

⁵ Sinalizando o movimento de democratização da sociedade brasileira, iniciado no final da década de setenta, experiências diferenciadas de administração local e participação da sociedade se fizeram presentes, algumas com resultados bastante satisfatórios como atestam os projetos de Lages (SE), Piracicaba (SP), Boa Esperança e Vila Velha (ES).

Da experiência de Lages - estudada por Calazans, Martendal e Silva - vai a seguir um recorte:

Em fevereiro de 1977, o MDB assume o governo municipal pela segunda vez, trazendo uma equipe bastante heterogênea e que, de alguma forma, representava a divisão existente no partido. Não havia, segundo testemunhos ouvidos, um plano de governo definido, pronto e acabado: apenas algumas idéias que, de uma certa maneira, possibilitavam uma crítica das estruturas social, política e econômica /.../

/.../ E assim, aos poucos, surgem os Projetos Especiais, como propostas alternativas de organização e prática popular. Cada projeto visava encontrar soluções para problemas localizados e discutidos em vários âmbitos, quer no setor urbano, quer no rural.

Ver: Calazans et alli. Produção de Educação e Cultura Popular - a experiência de Lages (1977-82). FORUM EDUCACIONAL: 12 (2) Rio de Janeiro: IESAE. Fundação Getúlio Vargas, 1988. p. 7 e 8.